Crimes rodoviários no processo penal: advogado penal em Braga explica o percurso A maioria das infrações de trânsito resolve-se com uma coima e, por vezes, com a perda de pontos na carta. Há, no entanto, comportamentos na estrada que a lei trata como crimes, e que dão origem a um verdadeiro processo penal, com arguido, Ministério Público e tribunal. Muitas pessoas só percebem a diferença quando são confrontadas com ela. Um advogado penal em Braga explica o percurso destes processos, que tem algumas particularidades em relação aos restantes processos-crime. Entre os crimes rodoviários mais comuns estão a condução sem habilitação legal, a condução em estado de embriaguez com uma taxa de álcool acima do limite que a lei define como crime, a condução sob a influência de estupefacientes e a condução perigosa. Conduzir sem habilitação legal é crime em Portugal, e não uma mera contraordenação, o que surpreende muitas pessoas, sobretudo quem tem carta estrangeira ou cuja carta caducou. Também os acidentes com feridos ou vítimas mortais podem dar origem a processos por ofensa à integridade física ou homicídio por negligência. Quando a pessoa é detida em flagrante delito, por exemplo numa operação de fiscalização da PSP em Braga ou da GNR numa estrada do distrito, o processo pode seguir a forma sumária, com julgamento muito rápido, por vezes no próprio dia ou nos dias seguintes. Esta rapidez deixa pouco tempo para preparar a defesa e é uma das razões pelas quais convém contactar um advogado penal logo após a detenção. Noutros casos, o processo segue a tramitação comum, com inquérito, eventual instrução e julgamento.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Para além da pena principal, normalmente multa ou prisão suspensa nos casos menos graves, os crimes rodoviários implicam frequentemente a pena acessória de proibição de conduzir veículos com motor durante um determinado período. Para quem depende do carro para trabalhar, esta é muitas vezes a consequência mais pesada. Em alguns casos, o processo pode terminar com uma suspensão provisória, mediante injunções, o que evita a condenação e a sua inscrição no registo criminal. Cada situação é analisada individualmente, tendo em conta o percurso do condutor e as circunstâncias concretas da ocorrência. Na QUOR Advogados, em Braga, a condução sem habilitação é uma das https://hectorgemn635.northcrestbrief.com/posts/direito-penal-e-direito-civil-diferencas-explicadas-por-um-advogado-penal-em-braga situações tratadas na área criminal. O acompanhamento é feito com transparência sobre custos e em linguagem clara, e o escritório responde em 24 horas úteis, o que é importante quando o julgamento sumário está marcado para breve. Se foi detido ou notificado por um crime rodoviário, marque uma consulta inicial de 70€, presencial na Praça da República ou online. Ligue para o +351 939 709 888 o mais rapidamente possível.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.